

Notas para um "planning" alimentar brasileiro

RUBENS DE SIQUEIRA

I — INTRODUÇÃO

AS questões e problemas de alimentação e nutrição têm, nestes últimos trinta anos, ocupado posição de destaque em todos os planos internacionais de campanha médico-social, atingindo, todavia, seu acme durante o grande conflito mundial recente e na fase do após-guerra em que nos encontramos.

A "National Nutrition Conference for Defense", reunida em 26, 27 e 28 de maio de 1941 em Washington, por convocação do saudoso presidente Roosevelt, e que reuniu a fina flor da nutrologia da nação irmã, marca uma época demonstradora do papel dos técnicos na solução de problemas importantes para a vida de um povo. Seus "Proceedings" representam, inegavelmente, um programa básico para qualquer governo digno deste nome.

A criação de um Ministério de Alimentação pela Grã-Bretanha, as pesquisas alimentares em inúmeros países, a conferência de Hot Springs, a organização da F.A.O. são, entre outros, marcos denunciadores do papel que a alimentação desempenha no plano das atividades políticas das nações modernas.

Todos os países devem e podem dar algo de seu na luta contra a fome e a subnutrição, máxime aqueles como o nosso em que o problema da alimentação só mui recentemente começou a preocupar, biológica e socialmente falando, os estudiosos de nossas grandes questões. Clima e raça eram os senhores todo-poderosos que absorviam a atenção dos que nos procuravam observar com olho sábio e medida científica. As referências das autoridades estrangeiras que nos visitavam eram, via de regra, vagas e imprecisas. Acusavam de má e deficiente a alimentação do brasileiro, sem, entretanto, lhe emprestarem a menor importância na nossa maneira de ser física e social.

Foram os próprios brasileiros, em inquéritos realizados em várias regiões e em classes sociais diversas (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18) que evidenciaram a gravidade e a importância da subnutrição nacional, permitindo chegar à conclusão de que o Brasil vive uma verdadeira tragédia pela alimentação que o afeta. Se, em todo êle, é possível encontrar populações que se alimentam suficientemente (19), tam-

bém é verdade que uma parte muito importante de seus habitantes não chega a comer o mínimo necessário para conservar a vida e permitir um rendimento normal ao trabalho humano. Mesmo nas partes mais favorecidas do país, a maioria da classe trabalhadora não ganha o suficiente para comprar alimentos em quantidade normalmente requerida pelo organismo.

Tudo isso que foi dito exige de todos os que se interessam pelos verdadeiros problemas brasileiros uma intensa e tenaz ação social, de transformação de juízos errôneos e arraigados, de luta contra a indiferença ou incompreensão dos que têm a responsabilidade de zelar pela saúde e bem-estar do nosso povo.

II — DA NECESSIDADE DE UM PLANEJAMENTO ALIMENTAR PARA O BRASIL

Ninguém põe em dúvida a disparidade brutal entre as nossas rações e o conhecimento científico atual de nutrição.

Os inquéritos alimentares realizados em nosso meio, e a opinião unânime dos especialistas em alimentação e nutrição, demonstram a existência de um "status" nutritivo muito baixo para o brasileiro, em virtude de sua má alimentação.

Duas causas fundamentais têm sido sistematicamente apontadas como as grandes responsáveis pelas nossas más rações: *ignorância e pobreza*.

Em nossos seminários de nutrição, em cursos e em publicações várias salientamos sempre uma terceira causa, de não menor importância — a *desorganização*, uma vez que, em alguns setores nacionais, caso houvesse um certo "planning", nossas rações poderiam ser bastante melhoradas, como, por exemplo, as das nossas *coletividades oficiais* (educandários, nosocômios, aprendizados, penitenciárias, classes armadas, etc...).

Concebido como um processo, compõe-se o "planning" de uma série de estádios:

- a) a determinação dos objetivos que devem ser visados;
- b) pesquisas para a exata compreensão do problema;
- c) a descoberta de soluções alternativas;
- d) política a seguir — escolha entre as diversas alternativas, inclusive a tão freqüente de "não fazer nada";

e) a detalhada execução da solução escolhida.

A presente crise alimentar não deve ser considerada como um fenômeno fortuito ou ocasional, como errada ou maliciosamente se tem querido insinuar. A falta de um adequado plano de política alimentar e o defeituoso sistema econômico que de há muito nos rege são as principais causas, não só da atual, mas de todas as crises que temos atravessado.

O planejamento para uma alimentação racional brasileira deverá atingir a vários setores do organismo nacional — agricultura, indústria, comércio, educação, transporte, etc., levando em conta as diferentes categorias de fatores biológicos, econômicos e sociais que intervêm no complexo problema. Esse planejamento deverá encarar não somente as necessidades presentes ou atuais, mas também as perspectivas futuras.

O esquema anexo, por nós organizado, mostra as relações entre a produção, distribuição e aquisição de alimentos e a idéia central de uma melhoria alimentar para o Brasil.

Somente a concretização de um planejamento visando a produção, distribuição e aquisição de alimentos, poderá evitar que, dia a dia, se agrave a situação alimentar do brasileiro.

Basta acentuar que a produção dos principais gêneros alimentícios cresceu razoavelmente até 1932 e, daí em diante, com exceção de 1939, se manteve quase estacionária, não acompanhando o ritmo de crescimento da população, disso resultando, conseqüentemente, um consumo *per capita* muito baixo, com tendência a diminuir ainda mais, caso providências não sejam tomadas.

Convém repetir que houve sempre uma disparidade brutal entre as nossas rações e os conhecimentos científicos da nutrição, uma vez que, segundo cálculos autorizados, no período compreendido entre 1920 e 1946, jamais conseguiu o brasileiro ao menos uma média calórica razoável *per capita*. No momento atual, os cálculos mais otimistas não chegam a alcançar o valor calórico médio *per capita* de 2.000 calorias. Isto significa que a situação alimentar do brasileiro é quase semelhante aos das regiões famintas da Europa.

A alimentação no Brasil constituiu, sempre, um grave problema nacional, levando mesmo Moscoso a afirmar que "no que concerne à alimentação, até hoje, infelizmente, o homem está, entre nós, colocado em plano inferior aos próprios animais". Há quatro séculos que se procura extinguir a população brasileira pela sub ou má nutrição, mas o nosso povo tem sabido resistir nessa luta desigual, herôicamente, à espera de melhores dias no porvir. Esse fato, da má ou subalimentação, já foi aludido, aliás, por Gilberto Freire, quando afirmou que somos "um dos povos mais comprometidos na sua capacidade econômica pela deficiência de alimentos". (23)

A alimentação do povo brasileiro devia e deve constituir um problema governamental.

Os nossos estudiosos não se cansam de demonstrar, através de publicações — trabalhos e inquéritos alimentares — que a nossa situação alimentar é grave, bem como, de apontar medidas necessárias para contornar essas dificuldades; mesmo assim, ainda não foi possível conseguir, da administração nacional, uma medida concreta, sequer, sobre o assunto. Os técnicos são unânimes em proclamar que a situação alimentar atual é de angustiosa crise, todavia, nada se faz para debelá-la. E' que, ainda, não aprendemos com Alberto Torres (24) ser necessário "que os esforços de todos e de cada um convirjam para o interesse geral, para que os interesses pessoais sejam solvidos".

Precisamos encarar com firmeza e resolver esse problema elementar, que é o da alimentação do nosso povo, problema esse que, segundo Escudero, constitui "um grave problema para o indivíduo, para a sociedade e para a espécie, pois com a subalimentação a raça degenera e acaba por desaparecer". E' Gilberto Freire (23) que, em se referindo a esse problema, sugere com sua autoridade de sociólogo que o problema, até então atribuído à inferioridade de raça ou vaga e muçulmanamente ao clima, não passa de uma questão elementar — a subalimentação do povo.

Parece-nos lícito, pois, concluir pela necessidade premente de um planejamento alimentar, interessando a todos os setores da atividade nacional, de maneira a traçar rumos definitivos e não atender apenas a situações de emergência, no problema crônico da alimentação no Brasil.

III — POSSIBILIDADES DE CRIAÇÃO DE UM ÓRGÃO CENTRAL

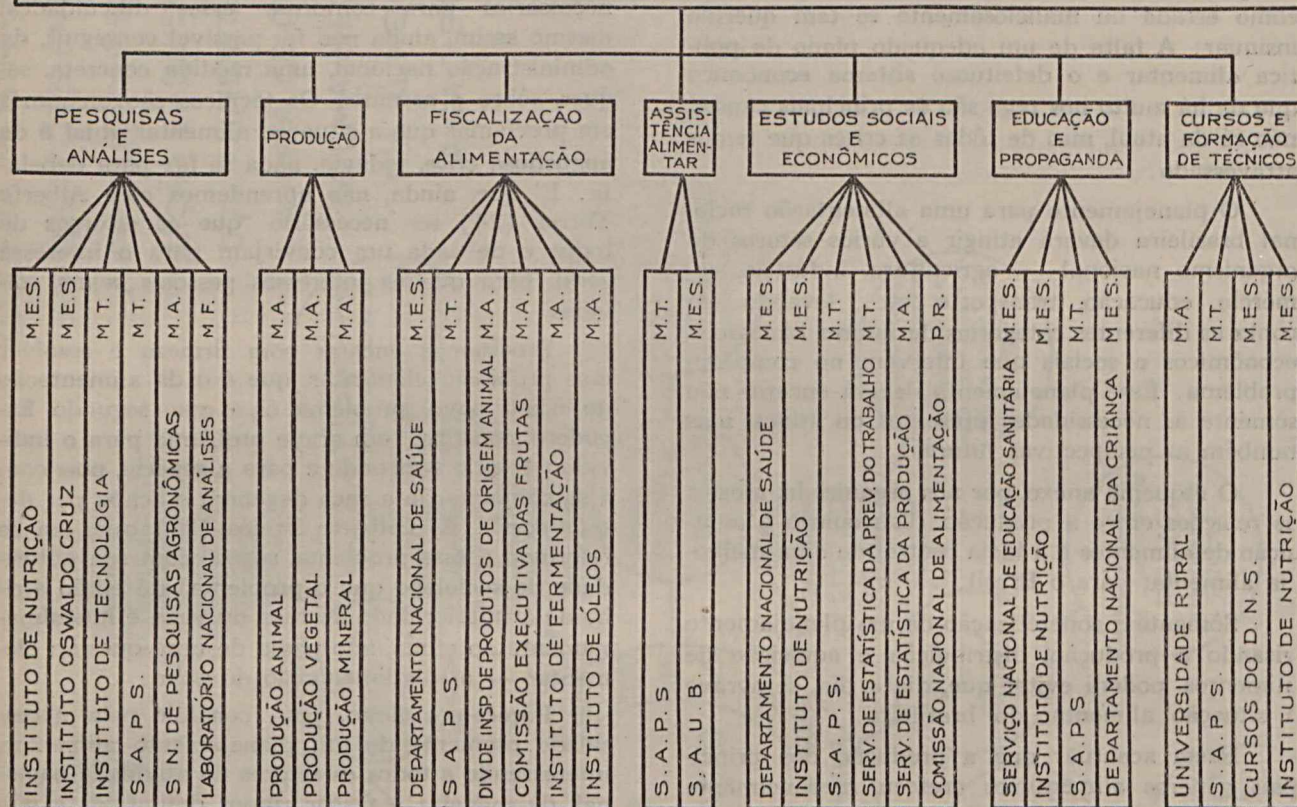
Em nosso meio há uma grande dispersão de energias que, se concentradas, obedecendo a um plano de ação imediata, dariam frutos de incontestável benefício para o país. Queremos nos referir aos múltiplos órgãos encarregados de agir na parte referente à alimentação nacional.

Para melhor elucidar o assunto, elaboramos, com Walter Silva, o organograma anexo, orientando-o pelas atribuições dos diferentes órgãos (federais apenas) que militam no campo de nutrição.

Por seu exame, infere-se que não há carência de órgãos. Não existem, todavia, conexões entre essas instituições, a fim de que trabalhem sintonicamente, visando um melhor aproveitamento de objetivos.

E não foram incluídas no nosso organograma outras instituições como a Comissão Elaboradora do Código Nacional de Alimentação, cujos trabalhos estão prestes a terminar; o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, órgão brasileiro da UNESCO e que ainda mui recentemente nos apresentou 2 magníficos relatórios sobre o problema alimentar brasileiro (19 e 20); o Departamento de Fisiologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, um dos me-

DISTRIBUIÇÃO DOS ÓRGÃOS FEDERAIS DE ALIMENTAÇÃO (POR ATIVIDADES)



lhores núcleos de nutrição da América do Sul e outros mais, de natureza privada ou oficial, que já vêm realizando trabalho profícuo em nutriologia.

A criação de um órgão central, ou (e), pelo menos, a coordenação inteligente das diversas organizações existentes, é medida que reputamos necessária.

Poderiam, talvez, esse planejamento e sua concretização ficar subordinados a um Serviço Nacional de Nutrição, a exemplo de outros serviços existentes no D.N.S., ou, então, criar-se um Ministério de Alimentação Nacional, à semelhança do que ocorre na Grã-Bretanha, o qual deveria constituir não uma sinecura para os afilhados, mas um viveiro de técnicos especializados, para algo de sério e honesto ser produzido. Enfeixando o mesmo órgão, poderiam existir determinados e amplos poderes, relacionados que fôsssem com a produção, distribuição e consumo de gêneros alimentícios e, tudo enfim que se referisse a nutrição da população. Isto é evidente, tanto mais que um cientista do quilate de Sir John Boyd Orr, reclama a "unidade de ação" e advoca a existência de um órgão central responsável pelo problema integral da alimentação, incluindo saúde pública, comércio, agricultura, transporte e finanças. "Seria constituído esse órgão de indivíduos que conhecessem o problema do abastecimento dos gêneros alimentícios e das necessidades alimentares da Grã-Bretanha".

Aconselharíamos, para o novo órgão, entre outras que porventura omitimos, as atribuições que passamos a enumerar:

1 — Orientar a Administração Pública em todas as questões relacionadas com a alimentação, de maneira a que desaparecesse, paulatinamente, a falta de unidade de pontos de vista observada atualmente.

2 — Evitar a má aplicação das verbas orçamentárias destinadas às causas alimentares.

3 — Combater e evitar, de todos os modos, o desperdício do material alimentar. Nesse sentido, como as medidas mais eficientes são as que visam diretamente as causas, empregaria o novo órgão, em linhas gerais, os meios preconizados abaixo, visando o tratamento etiológico ou específico do desperdício:

- a) Organização racional nos regimes;
- b) padronização;
- c) estabelecimento de cardápios variados;
- d) aproveitamento econômico das perdas alimentares;
- e) mecanização (maquinaria adequada, com o intuito de evitar a perda de tempo, de material e de pessoal, como, por exemplo, máquinas de "lavar" (Faspray), de "cortar carne", "descascar batatas", câmaras frigoríficas, etc.);
- f) organização material e pessoal das cozinhas;

g) *política alimentar brasileira*, evitando-se a compra de trigo, frutas estrangeiras e bacalhau, e procurando-se, outrossim, utilizar e fomentar os nossos produtos — milho, frutas, carne, leite, café e o trigo, inclusive.

4 — Organizar um sistema eficiente de fiscalização, para evitar os fatos citados anteriormente, inclusive o desvio dos dinheiros públicos.

5 — Promover assistência técnica junto aos diversos Ministérios não só nas concorrências administrativas como em todas as ocasiões em que se fizer necessária.

6 — Rever urgentemente as tabelas de ração de todos os Ministérios, de vez que as mesmas são merecedoras de severas críticas.

7 — Organizar e propor tabelas de ração nos serviços que ainda não as possuem.

8 — Ter a faculdade de propor medidas tendentes a coibir o abuso dos fornecedores do Governo (multas, proposta de declaração de inidoneidade de firmas, etc.).

9 — Organizar e procurar pôr em prática, de colaboração com os órgãos competentes, um vasto programa de educação alimentar não só para o Servidor do Estado como, também, para o povo em geral.

10 — Estudar os problemas econômicos relacionados com a alimentação (custo de vida, custo de rações *per capita*, etc.) e promover a adoção de medidas tendentes a solucioná-los.

11 — Colaborar tècnicamente na construção e instalação de restaurantes mantidos diretamente por serviços públicos para os servidores do Estado.

12 — Fiscalizar e auxiliar tècnicamente os restaurantes referidos no item anterior.

13 — Estudar, por todos os meios possíveis e de colaboração com os órgãos adequados, a organização de cooperativas de consumo, agrícolas e comerciais.

14 — Promover, em ação conjunta com os Serviços do Ministério da Agricultura, nas escolas rurais, nos patronatos, nas colônias agrícolas e correccionais, o interesse pela plantação e criação, educando e estimulando a produção.

15 — Estudar, coordenar e "supervisionar" as questões e órgãos relacionados diretamente com a Administração no que tange aos problemas de alimentação.

Cumpra acentuar que o órgão central não entraria em conflito com as instituições existentes, pois os âmbitos de ação e finalidades seriam bem diferentes, pois estamos de pleno acôrdo com os termos do II Relatório do I.B.C.C. (19) quando, ao se referir a medidas que poderiam ser preconizadas e adotadas no sentido de beneficiar o povo brasileiro, na resolução de seu problema, entende não caber àquele organismo "o monopólio do assunto, mesmo porque outras instituições oficiais têm essa função".

Desnecessário assinalar que a centralização das atividades alimentares em um órgão com as atribuições por nós especificadas, além de realizar, no nosso meio, a verdadeira assistência alimentar, traria não só um melhor rendimento no trabalho como, também, economia bastante apreciável.

Não devemos esquecer, como ressaltou alhures o professor Pedro Escudero, da Argentina, que "o governo da alimentação é sumamente complexo: nêle intervêm o emprêgo de grandes somas em dinheiro, profundos conhecimentos biológicos, orientação e remuneração do trabalho, além de outros problemas complexos e contraditórios". (25)

Daí, ter um dos nossos especialistas afirmado que o Brasil precisa, absolutamente, à maneira de outros países, assentar as bases de uma política, já que não é possível resolver de uma vez o problema. Deve atacá-lo por partes, a começar por seus aspectos mais urgentes.

A solução ora proposta, longamente estudada e meditada, visa, queremos deixar acentuado, os aspectos mais urgentes do problema. Terá falhas, não temos dúvidas. Foi, porém, inspirada pelo nobre desejo de ver aumentada, cada vez mais, a eficiência da Administração Pública.

Se não alcançamos o fim almejado, relevemos, os que nos lêem, a intenção que tivemos de colaborar e construir...

IV — OUTRO PLANO DE SERVIÇO

A Seção de Nutrição do Departamento Nacional de Saúde, a propósito do projeto de criação de um Instituto de Nutrição, da lavra do prof. Rocha Vaz, apresentou um plano interessante para a organização de um *Serviço Nacional de Nutrição*.

Dado o interesse do assunto, expomos a seguir as justificativas da medida acompanhadas do plano respectivo.

"E", por todos os motivos, louvável o intuito do signatário da exposição anexa, ao propor a criação de um "Instituto Nacional de Nutrição", órgão consultivo, de ensino e pesquisas sobre problemas de nutrição.

Carecem, na verdade, os meios científicos do país de um organismo, instalado em moldes a permitir trabalhos experimentais, onde possam os estudiosos centralizar as suas investigações.

Não menos verdade é, entretanto, que se a criação desse Instituto, como foi planejado, vem satisfazer as aspirações dos pesquisadores, não será com êle atendida a necessidade de orientação centralizada para o trabalho de campo que estão realizando vários órgãos governamentais.

Quando da situação anormal criada pela guerra, sentiu o Governo que se impunha a criação de uma repartição com atribuições para congregar os esforços e programar um trabalho sinérgico para os vários órgãos oficiais interessados, direta ou indiretamente, em assuntos de alimentação.

Ao Senhor Ministro da Educação e Saúde não havia escapado essa necessidade, de vez que,

já em 1941, criava no Departamento Nacional de Saúde duas seções de nutrição, uma no Instituto Osvaldo Cruz e outra na Divisão de Organização Sanitária, às quais caberia, entre outras atribuições:

- realizar pesquisas relacionadas com os problemas nacionais de nutrição;
- fazer a articulação de entidades administrativas interessadas nos assuntos de nutrição, para fixação e execução de uma política de alimentação dirigida, indispensável ao equilíbrio econômico e à valorização fisiológica do elemento humano;
- planejar inquéritos econômico-sanitários para conhecer os hábitos e verdadeiras condições alimentares nas diversas regiões do país, apurando os seus principais defeitos, a extensão do estado de má nutrição, das doenças de carência e estados pré-carenciais, nas várias classes da população;
- promover medidas tendentes a fomentar a produção e o consumo de alimentos de real valor nutritivo;
- organizar padrões de alimentação balanceada para diversas classes da população, de acordo com o clima e os hábitos regionais.

Referindo-se à Seção de Nutrição da D.O.S., o Diretor do D.N.S., no relatório de 1943, assim se manifesta: “foi esta Seção uma das que maior soma de trabalho útil apresentaram em 1943”. Justifica esta asserção a massa de trabalho por ela realizada, da qual será de justiça destacar: os inquéritos de alimentação levados a efeito nas cidades de Manaus, São Luís, Maceió e Curitiba; suprimento de leite em pó aos lactários; estudos dos problemas do abastecimento de leite nos Estados e sugestões sobre sua melhoria; estudo de disponibilidades alimentares regionais, como o que foi feito para a cidade de Manaus; controle de alimentação nos estabelecimentos de ensino assim como em estabelecimentos do D.N.S.

A transformação dessa Seção em Serviço Nacional, mandada fazer por V. Ex.^a em despacho exarado no processo, do qual faria parte o Instituto de Nutrição como uma de suas peças mais importantes, viria permitir, não somente a incrementação dos trabalhos experimentais e a divulgação dos mais recentes conhecimentos sobre o assunto, mas possibilitaria, ainda, a realização de uma ampla atividade de campo e a articulação dos vários órgãos interessados em outros aspectos do problema, como sejam disponibilidades alimentares, produção, transporte, conservação, preço e consumo de alimentos nas diversas regiões do país.

Não satisfaria as necessidades atuais a criação de um organismo de investigação pura e de ação circunscrita à Capital da República. Impõe-se uma ação ampla e de âmbito nacional, visando tomar conhecimento das variações regionais para,

em face destas, traçar em cada caso um programa de trabalho conjunto a ser executado.

A subordinação de um Serviço Nacional de Nutrição ao Departamento Nacional de Saúde é consequência lógica de suas finalidades.

John B. Youmans, professor da Universidade Vanderbilt, no Estado de Tennessee, nos Estados Unidos, ao analisar a necessidade da existência de um órgão controlador dessa natureza, comenta:

“Recent developments in our knowledge of nutrition have stimulated great interest in the application of this knowledge for the benefit of public health. How wide this interest is and how great the concern, is shown by the number and diversity of agencies which are working in this field of nutrition. Among these agencies are the various official public health services. On them should fall the responsibility for controlling and directing the work in this field in which so many agencies and organizations must and do play an important part. The fundamental relation of nutrition to health and to diseases of endemic and epidemic character, its dependence on factors of food supply, and food customs common to large numbers of people, the fact that the interests and efforts of the numerous organizations working in nutrition come together in the health of the public, which is the particular province of the public health services, indicate why the latter are best fitted to coordinate and direct efforts for the prevention and control of malnutrition and the promotion of better and more adequate nutrition of the people”.

M. E. S.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE

SERVIÇO NACIONAL DE NUTRIÇÃO

1. Diretoria

2. Seção de Administração

Finalidades: cuidar de todos os assuntos referentes a comunicações, pessoal e material de todo S.N.N.; encarregar-se dos trabalhos de mecanografia.

Organização: comunicações e arquivo

Pessoal

Material

Mecanografia

3. Seção de Abastecimento

Finalidades: coletar e atualizar dados sobre produção, meios de transportes, consumo, preço e distribuição de gêneros alimentícios; estudar esses dados em face das necessidades atuais e futuras; sugerir aos órgãos competentes medidas que visem o aumento das disponibilidades alimentares e a racionalização da distribuição.

4. Seção de Divulgação

Finalidades: elaborar literatura técnica e popular sobre alimentação; projetar, executar e distribuir cartazes relativos ao assunto, elaborar e divulgar material educativo sobre nutrição adaptável ao rádio e ao cinema; orientar a educação alimentar em escolas e em indústrias; orientar a organização e funcionamento dos consultórios alimentares em unidades sanitárias.

5. Seção de Inquéritos

Finalidades: planejar, realizar e estudar inquéritos alimentares, de estado nutritivo e econômico-sociais.

6. Seção de Contrôlo e Organização

Finalidades: orientar e fiscalizar, em colaboração com o D.N.E., a alimentação em colégios com regime de internato e semi-internato; orientar e fiscalizar o regime alimentar de hospitais gerais, sanatórios, leprosários e preventórios; orientar e fiscalizar a alimentação de operários em indústrias em colaboração com o órgão competente do Ministério do Trabalho; orientar o funcionamento de restaurantes para a coletividade.

7. Instituto de Nutrição

Finalidades: organizar e manter atualizada biblioteca sobre nutrição e conhecimentos afins; realizar pesquisas sobre bioquímica alimentar, valor nutritivo de alimentos regionais, necessidades humanas e estados carenciais, conservação e preparo de alimentos.

Organização:

a) Setor biblioteca.

b) Setor pesquisas a Laboratório de Bioquímica; laboratório de pesquisas sobre o valor nutritivo de alimentos regionais; laboratório de pesquisas sobre necessidades humanas e estados carenciais; laboratório de pesquisas sobre conservação e preparo de alimentos.

c) Setor clínico — Um pequeno hospital nos moldes do recomendável pelo professor Rocha Vaz.

d) Setor cursos — Curso de médicos-dietólogos.

Cursos de dietistas.

Curso de cozinha e economia alimentar.

Cursos populares.

Cursos de férias para professoras.

e) Cozinha dietética.

V — SUBSÍDIOS PARA UM FUTURO MINISTÉRIO DE ALIMENTAÇÃO

Como elementos subsidiários para a criação de um futuro Ministério de Alimentação, poderia ser tomado em consideração o plano anexo que organizamos para o I.S.S.B., a convite de João Carlos Vital.

PLANO DE ORGANIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA ALIMENTAR

O Departamento de Assistência Alimentar será constituído por 7 Divisões:

1. DIVISÃO DE PRODUÇÃO

Terá a seu cargo o estudo, a orientação, o estímulo à produção e a produção dirigida. Será constituída das seguintes Seções:

a) Seção de Estudo e Orientação da Produção:

Além do estudo, orientação e estímulo da produção, terá a seu cargo a produção dirigida.

b) Seção de Importação:

Destinar-se-á ao estudo dos produtos a serem importados, seu controle e restrições, em síntese, a uma política de importação.

2. DIVISÃO DE AQUISIÇÕES

Terá a seu cargo os assuntos relativos à aquisição de alimentos. Será constituída das seguintes Seções:

a) Seção de Previsão de Consumo:

Estudará e preverá o racionamento de todo o País, quer individual, quer coletivo.

b) Seção de "Standards" e de Preços:

Destinar-se-á ao estabelecimento de "standards" para os nossos diversos produtos, assim como de uma política racional de preços.

c) Seção de Aquisições.

3. DIVISÃO DE ARMAZENAGEM

Terá a seu cargo a distribuição da alimentação em depósitos, armazéns, etc. Será constituída das seguintes Seções:

a) Seção de Armazenagem:

Encarregar-se-á da supervisão do armazenamento.

b) Seção de Contrôlo e Inspeção do Armazenamento.

4. DIVISÃO DE ABASTECIMENTO

Terá a seu cargo todos os assuntos relativos ao abastecimento de alimentos e vestuários. Será constituída das seguintes Seções:

a) Seção de Vendas.

b) Seção de Distribuição e Contrôlo de Vendas.

5. DIVISÃO DE ALIMENTAÇÃO

Constará de 3 Seções que dispensam maiores explicações:

a) Seção de Alimentação Médico-Hospitalar;

b) Seção de Alimentação Escolar;

c) Seção de Alimentação Popular.

6. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR

Será constituída das seguintes Seções:

a) Seção de Ensino Técnico:

Destinar-se-á ao preparo de pessoal técnico idôneo, dietistas, médicos nutrólogos, auxiliares de alimentação e enfermeiras especializadas em alimentação.

b) Seção de Ação Educativa:

Intensificará a ação educativa relacionada com os problemas de alimentação, e encarregar-se-á da impressão, publicação e expedição de trabalho sobre alimentação, lançando mão de todos os meios necessários ao seu objetivo.

c) Seção de Intercâmbio Educacional:

Destinar-se-á à coordenação com o plano educacional do País.

7. DIVISÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Terá a seu cargo o estudo dos problemas técnicos referentes a padrões alimentares para educandários, nosocomios, restaurantes e outros agrupamentos. Será constituída das seguintes Seções:

a) Seção de Coordenação e de Estudos:

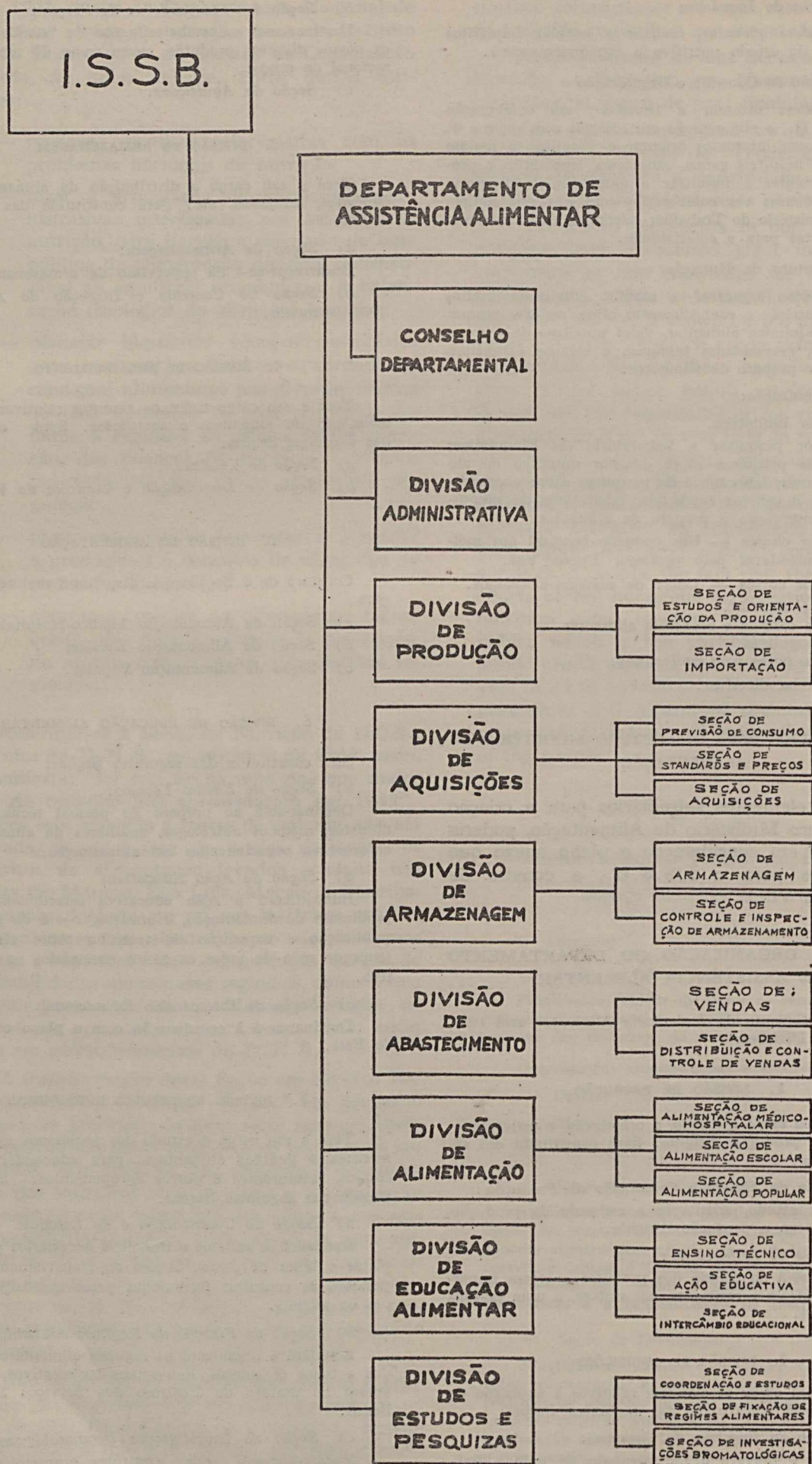
Realizará os estudos e trabalhos necessários para completar o labor de outras Seções do Departamento, e responderá às consultas formuladas pelas instituições privadas ou oficiais.

b) Seção de Fixação de Regimes Alimentares:

Estudará e organizará os regimes alimentares destinados a todos os setores, individuais ou coletivos, que estiverem no âmbito do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil.

c) Seção de Investigações Bromatológicas:

Encarregar-se-á dos controles bromatológicos, das análises de alimentos, etc.



VI — ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA

Como acentua muito bem o Dr. Dee Jackson, "a relação existente entre a nutrição e a agricultura é implícita, uma vez que todos os alimentos básicos se originam direta ou indiretamente das plantas". O problema da nutrição não é, portanto, exclusivamente médico: é também um problema agrícola, de maneira que o problema alimentar está subordinado à produção agrícola. Um grande economista francês, Carlos Gide, ao ressaltar o problema da produção, o subordina ao problema agrícola, quando frisa textualmente que "três são os agentes da produção: terra, trabalho e capital", e mais adiante acentua que "a terra, embora desempenhe papel inteiramente passivo, não obstante constitui a condição indispensável da produção". Entre as medidas que não podem ser esquecidas, visando o problema brasileiro, destacamos: 1) a *mecanização da lavoura*; 2) o *crédito agrícola aos pequenos e médios agricultores*; 3) a *melhoria do sistema de transporte*; 4) a *construção de silos ou armazéns para a armazenagem de produção*; 5) o *controle científico do solo e o emprêgo técnico da irrigação quando necessária*; 6) a *organização de indústrias de adubos químicos*, porque sendo o solo do Brasil deficiente em cálcio e fósforo, a existência de adubos químicos bons e baratos é de vital importância para a agricultura em nosso país, como em outro qualquer em condições análogas, e, finalmente, 7) a *garantia do preço mínimo* para encorajar a produção — medida esta, aliás, tomada em abril de 1941 pelo United States Department of Agriculture. Devemos melhorar, quanto antes, a nossa produção agrícola, porque, como disse, muito bem, Alberto Tôrres, (24) "esta representa um simples sistema de exploração imprevidente da terra", entre nós. O combate à monocultura deve constituir também parte do programa agrícola a ser executado. Aliás, Gilberto Freire afirma (23), "que no caso da sociedade o que se deu foi acentuar-se, pela pressão de uma influência econômico-social, a *monocultura*, a deficiência das fontes naturais de nutrição que a *policultura* teria, talvez, atenuado ou mesmo corrigido e suprido, através do esforço agrícola regular e sistemático. Muitas daquelas fontes foram, por assim dizer, pervertidas ou estancadas pela monocultura e pelo regime latifundiário, que em vez de desenvolvê-las, abafou-se, secando-lhes a espontaneidade e a frescura. Nada perturba mais o equilíbrio da natureza que a monocultura, principalmente quando é de fora a planta que vem dominar a região, nota o prof. Konrad Guenther". Exatamente o caso brasileiro. E é, ainda Gilberto Freire (23) que, em se referindo à nossa formação agrícola, diz: "pelo antagonismo que cedo se definiu, no Brasil, entre a grande lavoura, ou melhor a monocultura absorvente do litoral e a pecuária, por sua vez exclusivista dos sertões, uma se afastando da outra quanto possível, viu-se a população agrícola, mesmo a rica, a opulenta senhora de léguas de terra, privada de suprimento regular e constante, dos alimentos frescos" (23). Aliás, Sherman também se insurge con-

tra a cultura exclusivista e aconselha medidas tendentes a evitar tais abusos. Ocorre então que os grandes latifundiários, adeptos da monocultura e da pecuária exclusivista não permitem aos lavradores o plantio de verduras e legumes necessários à sua alimentação. É isso, infelizmente, o que se vê no grande estado do nordeste — Pernambuco — onde os usineiros proibem terminantemente que os lavradores possuam sua "roça", como eles a denominam: a única cultura permitida é a da cana de açúcar.

VII — ECONOMIA E ALIMENTAÇÃO

A economia tem, hoje em dia, mais do que nunca, grande influência na alimentação do povo, tanto no nosso como em qualquer outro país. Pode-se dizer com Toennies que "a economia domina e condiciona todas as esferas de atividade humana: pois não é possível conceber nenhuma espécie de atividade que não leve consigo uma grande porção de atividade econômica". Devemos, entretanto, dar à economia o seu justo valor, como Gilberto Freire tão bem acentua quando afirma (23) que o "fato econômico é um aspecto de organização social e da cultura, um elemento variável em importância e influência dentro da realidade social e, não o sempre mais importante, que prima constante ou invariavelmente sobre os demais". Por outro lado, é necessário frisar que, muito embora não sendo adeptos da teoria marxista, temos de admitir com Gilberto Freire a influência considerável que exerce a técnica da produção econômica na qualidade e na quantidade dos produtos alimentares necessários a uma boa nutrição. Ora, a nossa economia está desorganizada: de um lado, vemos uma minoria de ricos enfeitando, em suas mãos, a quase totalidade das riquezas da nação, enquanto do outro lado, a maioria, na qual se observa a absorção da classe média pela classe pobre — ambas se confundindo em uma só classe, pois hoje em dia a inflação as uniu, amalgamou — apresenta-se com toda a sua trágica realidade. Estabeleceu-se, outrossim, um círculo vicioso, devido à cupidez e à ganância desenfreada e, então, pôde-se observar que ao aumento do custo da vida sucedia um aumento de salários, a fim de compensá-lo, àquele, entretanto, se seguia novo aumento no custo de vida e, assim sucessivamente, até ser atingida a inflação e a bancarrota nacional. Queremos acentuar aqui que o aumento de salários é uma consequência, um resultado natural e não uma causa do aumento do custo de vida.

Todos esses fatos clamam novos rumos para a economia brasileira, a fim de que nosso país saia das contradições profundas em que se embrenhou.

"O Brasil necessita — afirma Caio Prado Júnior (26) — refazer-se sobre outras bases, deixar de ser um simples fornecedor do comércio e dos mercados internacionais, e tornar-se efetiva-

mente o que deve ser uma economia nacional: um sistema organizado de produção e distribuição dos recursos do país para satisfação de sua população, romper definitivamente com seu longo passado colonial, e tornar-se função da própria comunidade brasileira e não de interesses e necessidades alheias. Esta evolução, encontra-se, como vimos, em andamento. Mas forças poderosas ainda contêm o seu ritmo; não somente os interesses fundados na ordem atual, mas a inércia de toda a parte mais importante e substancial da estrutura e da organização econômica do país, que se constituiu em função de uma finalidade e é agora solicitada por outra. Uma análise da atual organização econômica do país nos mostra que tudo nela, desde a distribuição da população, a estrutura agrária, a disposição dos centros urbanos, os transportes, até o aparelhamento comercial e financeiro, está disposto sobretudo para atender ao objetivo que hoje a ela se impôs: a produção de gêneros exportáveis. E isto sem contar os fatores sociais e políticos que agem no mesmo sentido. Não podia ser de outra forma, depois de quatro séculos de hegemonia de tal sistema econômico, que somente agora entra em sua fase definitiva de desagregação".

VIII — PRODUÇÃO E CONSUMO

Além de medidas como:

- a) diminuição dos preços dos alimentos ao consumidor, aumentando, assim, o valor aquisitivo dos seus cruzeiros;
- b) subsídios para o consumidor e
- c) combate aos lucros superexcessivos dos intermediários, tendentes a defender os interesses do consumidor que se confundem, de mais a mais, segundo Gide, com os interesses gerais da sociedade,

iremos, no entanto, mais além, lembrando a adoção de medidas tendentes a evitar o monopólio, o açambarcamento e os intermediários inúteis, colocando o produtor, tanto quanto possível, em contato direto com o consumidor, com a criação de cooperativas de produção e de consumo, a instalação de matadouros, de mercados públicos, feiras livres e depósitos (tanto nos centros produtores como nos consumidores) a fim de evitar-se a deterioração dos produtos. Finalmente, a fixação do justo preço, é medida que se impõe. Para maior facilidade de todas essas medidas ter-se-a de aumentar a produção e, é erro crer, segundo Gide, que o melhor meio de aumentar a produção é aumentar o consumo. É certo que a intensificação de consumo é um poderoso estimulante da produção, bem como é o consumo a única razão de ser da produção; entretanto, esta última só pode ser aumentada graças ao aumento da superfície cultivada e à intensificação das culturas.

Em trabalho apresentado a um congresso realizado em São Paulo (1946), tivemos ocasião de apresentar (27), num "tour de force", os dados oficiais relativos à produção e ao consumo, à exportação e à importação dos principais produtos alimentares nos anos de 1920, 1930, 1939 e 1942. Realizamos, assim, um dos processos mais interessantes de se inquirir das condições alimentares de um país. Floessner, aliás, aconselha o método adotado por nós: basear-se em estatísticas oficiais de produção e consumo por serem elas proporcionadoras de cifras mais exatas. A avaliação do estado de alimentação de um povo não se pode, porém, caracterizar apenas pelas possibilidades de produção e pela desproporção existente entre os alimentos produzidos e o número de habitantes. A melhor maneira de se inquirir das condições alimentares de um povo seria a obtenção de dados relativos ao consumo familiar. Essas estatísticas oficiais, não obstante, nos podem fornecer subsídios valiosos referentes à alimentação do nosso povo: os dados apresentados no quadro-resumo, demonstram uma diminuição no consumo "per capita" e por ano, do ano de 1920 ao ano de 1942, apesar do aumento sensível da população.

Alguns meses após a apresentação de nosso trabalho, o deputado Agostinho Monteiro, com dados fornecidos pela Comissão do I.S.S.B., focalizou também o assunto (28).

Por esses fatos, todos podemos em linhas gerais concluir o quão deficiente é a nossa ração alimentar, a par de uma também deficiente produção de quase todos os gêneros alimentícios. Enquanto isso, o Brasil exporta produtos alimentares, necessários à nossa alimentação e que bem poderiam ser utilizados no mercado interno. Tal fato é, realmente, injustificável pois a principal finalidade do Governo deveria ser o suprimento de seus governados, antes de se dedicar à exportação. Esta medida se impõe por si: primeiro o mercado interno, a alimentação do povo, depois o mercado externo, a exportação. O Governo da União, portanto, não deveria permitir a exportação de carnes, de alimentos enlatados, de feijão, de bananas, de laranjas, etc., sem ter real ciência de que o mercado interno estivesse abastecido de maneira suficiente a alimentar a população de todo o país. Em alguns dos alimentos básicos como o leite, a manteiga e o queijo, toda a produção é consumida pelo mercado interno, sendo apesar disso insuficiente, não só porque de 1939 para 1942 ela diminuiu, como também porque não está de acordo com o aumento da população e com as necessidades cíclicas, ótimas, "per capita".

IX — EDUCAÇÃO E ALIMENTAÇÃO

Um dos fatores causais fundamentais da sub ou má alimentação entre nós é, realmente, a falta de educação do povo, nesse sentido. Educadores e leigos são unânimes em concordar com

essa afirmativa e, há décadas passadas, já afirmava Miguel Couto: "o grande problema nacional é o da educação do povo". Em nossos dias, é Alexandre Moscoso que diz, taxativamente: "em administração pública o problema máximo é

o da educação — sem educação não haverá boa alimentação" (29).

Diante dêsse magno e ao mesmo tempo elementar problema, qual a medida que se impõe, ou melhor, quais as medidas que se impõem?

PRODUTOS ALIMENTARES

QUADRO-RESUMO

PRODUTOS	CONSUMO "PER CAPITA" E POR ANO			
	1920	1930	1939	1942
Carne.....	18,8 kg	17,3 kg	17,2 kg	18,5 kg
Carne conservada.....	—	—	2,4 >	2,4 >
Banha.....	1,2 >	2,0 >	1,7 >	1,2 >
Manteiga.....	0,7 >	0,7 >	1,1 >	0,3 >
Queijo.....	0,4 >	0,6 >	1,0 >	0,4 >
Azeite.....	—	—	0,9 l	0,9 l
Leite.....	70,5 l	55,4 l	65,9 l	56,4 l
Açúcar.....	19,1 >	28,3 >	26,2 >	28,3 >
Arroz.....	25,9 >	23,4 >	31,7 >	42,7 >
Batata.....	4,9 >	8,1 >	12,3 >	9,8 >
Feijão.....	22,1 >	18,6 >	19,1 >	20,2 >
Farinha de mandioca.....	21,5 >	27,7 >	26,3 >	25,6 >
Milho.....	163,0 >	134,3 >	130,4 >	129,4 >
Farinha de trigo.....	13,5 >	20,8 >	20,4 >	21,4 >
Banana.....	13,2 >	31,9 >	29,9 >	17,5 >
Laranja.....	2,4 >	10,5 >	25,8 >	28,0 >
Uva.....	—	—	4,8 >	4,6 >
Aguardente.....	5,6 l	3,1 l	3,9 l	3,1 l
Vinho.....	1,6 >	1,8 >	2,0 >	2,2 >
Sal.....	—	—	—	5,8 kg

A expansão e intensificação da educação pela disseminação de escolas em todo o país, não só nas cidades, municípios e vilas, pelos governos estadual e federal, como também nas zonas rurais e industriais, pelos usineiros, fazendeiros e industriais, mesmo que para isso fôsse necessário obrigá-los a mantê-las para os operários e camponeses, bem como para os seus filhos. A par da alfabetização, poderiam, também, os técnicos e os nutrologistas realizar a campanha para uma melhor nutrição, por intermédio de material de propaganda adequado, realizando conferências nas fábricas, usinas, escolas, enfim, em toda e qualquer coletividade, empregando pessoal habilitado, como por exemplo enfermeiras e dietistas especializados, utilizando filmes educativos, rádios, "slogans", temas, etc., finalmente, mobilizando organizações e serviços existentes para fornecerem as informações necessárias ao melhoramento da alimentação do povo.

Oferece, destarte, a educação do nosso povo a oportunidade para que ele possa melhor se nutrir, evitando um baixo nível de saúde, subsequente a uma subalimentação, o qual pode ser frequentemente responsável pela indigência, pela delinqüência, pela ineficiência, pela aflição e pela doença potencial.

Há anos atrás, já escrevíamos assim:

"Para corrigir os nossos erros alimentares, constitui a educação a principal arma.

Uma campanha educacional alimentar foi empreendida, nestes últimos anos, graças aos esforços isolados de nomes de escol: Helion Póvoa, Roquette Pinto, Moura Campos, Sousa Lopes, Afrânio Peixoto, Austregésilo, Alexandre Moscoso, Castro Barreto, Dante Costa, Pompeu do Amaral, Josué de Castro e muitos outros.

Nós mesmo desde 1934 nos temos dedicado ao assunto. Pela imprensa médica, pelo rádio, pelo livro, pelas palestras íntimas no convívio da nossa enfermagem e pelo ensino médico temos procurado ativamente, repetindo coisas por muitos julgadas sedições e batidas, educar. E continuaremos, na medida das nossas forças, a insistir e a repetir..."

Visando uma campanha alimentar, elaboramos o seguinte plano (3):

A — *Escola "Primária"* — Incluir nos programas "mínimos" de ciências naturais pontos práticos sobre alimentação, tais como frutos úteis, o leite, alimento máximo em todas as idades, os vegetais e as vitaminas, o que se deve entender por uma boa e saborosa merenda, etc.

B — *Escolas Secundárias, Técnico-Secundárias e Normais* — Fazer ressaltar nos programas de ciências naturais, história natural, higiene, geografia e biologia, o papel da alimentação sob todos os pontos de vista: social, eugênico, higiênico, moral, etc.

C — *Ensino Superior* — Dar as noções práticas indispensáveis a toda cultura universitária. No ensino médico e paramédico, em particular, insistir muito sobre o assunto em várias cadeiras — Terapêutica, Higiene, Fisiologia, Pediatria... — para que se possa tirar algum proveito.

D — Cursos especializados de dietólogos, dietistas, cozinheiros, auxiliares de alimentação, visitantes de alimentação, etc.

E — Nas fábricas, nos colégios, nas grandes coletividades (Exército, Marinha, penitenciárias, agremiações esportivas, *cartazes vistosos, bem feitos, ensinando regras práticas de alimentação*).

F — Campanha pelo rádio, cinema, museus, etc., nos termos em que já focalizamos, num dos capítulos da segunda parte do nosso trabalho.

G — Publicações populares, semelhantes às norte-americanas e argentinas, mostrando ao povo a maneira racional de comer. Diga-se, aliás, de passagem, que já temos bons exemplos de publicações, tais como "Cartilha alimentar do homem rural", editada pelo Ministério da Agricultura, "Alimentação", de Pompeo do Amaral, "Alimentação — Problema Nacional", de Peregrino Júnior e outros mais.

H — Criação de uma rede nacional de restaurantes populares.

Ainda recentemente, em editorial de os "Arquivos Brasileiros de Nutrição" (30) assim encerrava o articulista o problema da educação alimentar para as massas:

"Não se discute a necessidade da educação popular em matéria de nutrição, uma vez que, tácitamente, se aceita que a ignorância de noções as mais elementares sobre o assunto é uma das grandes causas responsáveis pela subnutrição, de tão trágicas conseqüências. Em verdade, se nas atuais condições de vida em países como o nosso, comer bem é privilégio de uma minoria, não é menos certo que saber comer nunca foi virtude que distinguisse nossa gente. Porque, ainda em época de situação econômica menos sombria, alimentavam-se mal até mesmo aqueles que dispunham de recursos para se nutrir convenientemente.

Poder-se-ia argumentar que, hoje em dia, seria inútil, senão irrisório, ensinar-se o povo a comer bem, a utilizar cotas maiores de determinados alimentos protetores, indispensáveis para o desenvolvimento e para a manutenção de uma saúde perfeita, quando esses alimentos escasseiam de uma maneira alarmante, como resultado da ausência absoluta de um planejamento adequado do complexo problema da alimentação e da execução decidida de uma política alimentar capaz de resolver uma crise que já se vem arrastando por muitos anos. De fato, podemos dizer que o problema jamais chegou a ser enquadrado convenientemente, porque nunca se foi além de medidas de emergência, unilaterais, e, por isso mesmo, inoperantes. Dentro desse raciocínio, pareceria mais razoável voltássemos nossos esforços para medidas que fôsem ao âmago da questão, tais como o estímulo à produção de gêneros alimentícios, o desenvolvimento do seu sistema de distribuição, o aumento do poder aquisitivo, etc.

Tudo isso é exato. Mas, é preciso não confundir num erro de perspectiva, os dois grandes aspectos do problema. Promover a educação alimentar do povo não significa, de modo algum, ignorar a importância e a prevalência do aspecto econômico da questão. Pelo contrário, significa

um complemento a este aspecto primordial, e complemento indispensável, como parte integrante desse planejamento alimentar a que nos temos referido. E' mister considerar, no balanço das vantagens proporcionadas pela educação alimentar, além daquelas inerentes à própria condição educacional, as que decorrem do fato de que indivíduos e coletividades que tenham plena consciência do papel que a boa nutrição representa para a saúde, estarão mais aptos e mais propensos a colaborar na solução dos demais aspectos do difícil problema. E, ainda mais, aumentarão, assim, as exigências por uma economia que torne possível a alimentação adequada para todas as pessoas, do mesmo modo que a melhoria do nível social concorreria para tornar as providências educacionais mais efetivas.

Quais os campos adequados ao desenvolvimento da educação pública em nutrição? Segundo a opinião de abalizados nutricionistas, dois campos são particularmente favoráveis: as escolas primárias e secundárias e a própria comunidade, de adultos e crianças. Realizar a educação nutrológica das crianças em idade escolar será, provavelmente, o melhor meio de alcançar, num prazo longo, o preparo de uma geração em conhecimentos fundamentais de alimentação. Mas, é preciso não esquecer que o ensino infantil deverá, forçosamente, ser precedido da educação alimentar do professorado, o qual aplicará à pedagogia as noções adquiridas. Daí a necessidade de instruí-lo através de cursos, publicações, etc.

A educação alimentar não alcança seus objetivos se não atingir o lar e a comunidade. Para este fim, é necessário contar com a cooperação dos serviços de nutrição e das organizações de assistência, de caráter público ou privado, do tipo, por exemplo, do Instituto de Nutrição, da Cruz Vermelha Brasileira, do Serviço Especial de Saúde Pública, etc.

Como exemplo de uma organização que pode ser um modelo na educação pública em matéria de nutrição, pode-se citar a que se desenvolve com a ajuda financeira da Nutrition Foundation, da Rockefeller Foundation, do Departamento de Saúde e da Cruz Vermelha Local, num subúrbio de Boston. E' denominada "Community Nutrition Center" e proporciona orientação nutrológica a uma comunidade de setenta mil pessoas. Dirigido por dois nutrólogos de tempo integral o Centro organiza conferências, exposições e mostruários, presta a assistência técnica alimentar ao hospital local e às escolas e demais organizações infantis e mantém uma coluna num periódico semanal da localidade.

Evidentemente, todos os meios idôneos de divulgação hão de servir ao programa de educação popular. Neste sentido, é mister pôr em relevo a importância da boa alimentação para a saúde perfeita, as conseqüências desastrosas da subnutrição, que, se por vezes são ostensivas e alarmantes, vêzes outras se traduzem por manifestações discretas, solapando a resistência orgânica, diminuindo a capacidade de trabalho, reduzindo

a produtividade do esforço, prejudicando o bem-estar físico e mental. Devem ser dadas instruções claras sobre o valor dos alimentos, não esquecendo de considerar as possibilidades alimentares de cada região do país; deve-se estimular o consumo de determinados alimentos de alto valor nutritivo, em detrimento de outros de menor valor; instruir sobre a maneira de preparar os alimentos, conservando-lhes o máximo das qualidades nutritivas.

E' preciso, em suma, que um problema da relevância dêste na nutrição seja apresentado de maneira convincente, desprezando-se detalhes de ordem técnica e minúcias de ordem experimental, para fixar os grandes fatos e as provas mais evidentes. Na expressão de A. Beeuwkes, "comer deve ser um prazer saudável e não uma experiência de laboratórios". E' êste o sentido que se deve dar à educação popular em matéria de alimentação".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. RUI COUTINHO — *Valor Social da Alimentação* — 2.^a edição — Rio, 1947.
2. RUBENS DE SIQUEIRA — *A Alimentação do Servidor do Estado* — "Tese" — 2.^a edição — Rio, 1944.
3. RUBENS DE SIQUEIRA — *Alimentação* — Rio, 1940.
4. RUBENS DE SIQUEIRA — *A Alimentação das nossas coletividades* — "Monografia" — Rio, 1939.
5. MINISTÉRIO DA GUERRA — *Arraçoamento do Exército* — Rio, 1933.
6. BARROS BARRETO E COLABORADORES — *Inquérito sobre as condições de alimentação popular no Distrito Federal* — Boletim do M.T.I.C. — dez. e jan. 1939.
7. JOSUÉ DE CASTRO — *A Alimentação brasileira à luz da geografia humana* — Pôrto Alegre, 1937.
8. PAULA SOUSA E COLABORADORES — *Inquérito sobre a alimentação de um bairro de São Paulo* — São Paulo, 1939.
9. AFRÂNIO PEIXOTO — *Higiene* — 3.^a edição — Rio, 1930.
10. SOUSA LOPES — *Do regime alimentar nos climas tropicais* — "Tese inaugural" — Rio, 1909.
11. DANTE COSTA — *Principais deficiências nutritivas de crianças em idade escolar no Rio de Janeiro* — "Revista Brasileira de Medicina" — abril de 1944.
12. DANTE COSTA — *Inquérito sobre a incidência de sinais de desnutrição em crianças escolares do Rio de Janeiro* — "Resenha Clínico-Científica" — outubro de 1944.
13. WALTER SILVA — *A Alimentação dos operários da construção civil do Rio de Janeiro* — "Brasil Cirúrgico" — agosto de 1941.
14. FRAGA GUIMARÃES — *Alimentação do Universitário Brasileiro* — "Brasil Cirúrgico" — agosto de 1941.
15. CLETO S. VELOSO — *Alguns aspectos da alimentação no Rio Grande do Sul* — Rio, 1942.
16. CASTRO BARRETO — *Normas práticas a adotar na alimentação do escolar nos internatos e asilos do Brasil* — Rio, 1933.
17. CARLOS SÁ — *Inquérito sobre regimes alimentares em alguns estabelecimentos escolares no Rio de Janeiro* — Rio, 1931.
18. PEREGRINO JÚNIOR — *Alimentação — problema nacional* — Rio, 1931.
19. DANTE COSTA, CASTRO BARRETO e MANUEL FERREIRA — *O problema alimentar brasileiro* — Relatório II — Rio, 1947.
20. CASTRO BARRETO, DANTE COSTA e MANUEL FERREIRA — *O problema alimentar brasileiro* — "Relatório I" — Rio, 1947.
21. RUBENS DE SIQUEIRA — *Cartilha Alimentar do Homem Rural* — "S.I.A." — Ministério da Agricultura — 1949.
22. RUBENS DE SIQUEIRA — *Estudo social e econômico da alimentação* — "Hora Médica" — junho de 1946.
23. GILBERTO FREIRE — *Casa Grande e Senzala* — 5.^a edição — José Olímpio, Rio, 1948.
24. ALBERTO TÔRRES — *O problema nacional brasileiro*, 2.^a edição. Cia. Editôra Nacional.
25. PEDRO ESCUDERO — *Trabajos y publicaciones do I.M. de Nutrición de Buenos Aires* — 1935.
26. CAIO PRADO JÚNIOR — *História econômica do Brasil* — São Paulo, 1945.
27. RUBENS DE SIQUEIRA — *Das dificuldades para a melhoria da ração alimentar do brasileiro e algumas sugestões para contorná-las* — "A Patologia Geral" — maio-junho de 1946.
28. AGOSTINHO MONTEIRO — *Problema da alimentação no Brasil* — Rio, 1946.
29. ALEXANDRE MOSCOSO — *Alimentação do trabalhador* — Rio, 1939.
30. *Arquivos Brasileiros de Nutrição* — Tomo 3, n.º 4, abril de 1947.

*
*

Do lado da receita, o ponto nevrálgico para a verificação do deficit é o produto das operações de crédito. Universalmente se reconhece que não se pode considerar êste produto como receita ordinária, e que se êle figura no orçamento ordinário ou geral apenas para indicar a maneira pela qual será coberto o deficit, deve-se separá-lo nitidamente das outras receitas governamentais: rendas tributárias, administrativas, industriais, patrimoniais. Quanto aos orçamentos extraordinários ou especiais, o modo de contabilidade varia de um país para outro. No *Plano de Obras e Equipamentos do Brasil*, extinto em setembro de 1946, figurava regularmente a rubrica "produto de operações de crédito", orçada em 200 milhões de cruzeiros, ao lado das outras receitas — taxas, rendas de capitais, etc., e que poderiam ter sido incorporadas à renda ordinária do Orçamento Geral. E' evidente que esta "receita" — o montante previsto em 200 milhões raramente foi atingido — representava, na realidade, um deficit. — *Richard Lewinsohn* — R.S.P. — maio e junho de 1947.